ANO I — Setembro a Dezembro de 1957 — N.º 1

O Contabilista

Jornal técnico dos alunos do I. P. P. E.

QUERER É PODER

PRIMEIRO NÚMERO

Foi o grande matemático e estadista francês Henri Poincaré quem escreveu que «um problema bem posto é um problema meió resolvido». Eis, na sua simplicidade, a quanto aspira o primeiro número do nosso jornal: o de definir bem ao que nos propomos e, simultâneamente, tentar averiguar, com factos, a sua viabilidade.

O jornal não constitui o nosso único e, até, dominante objectivo. Ele pretende ser, apenas, o seu órgão de expressão.

Está no nosso Plano, primeiro, a criação de uma pequena biblioteca especializada onde, através de livros, revistas e jornais possamos documentar-nos e completar as lições dos nossos Mestres. Em segundo lugar, desejamos ensaiar, oportunamente, a realização de colóquios sobre assuntos da especialidade para, sob a orientação e supervisão dos nossos Professores, trocarmos impressões e debatermos problemas colaborando, assim, de uma forma mais activa na aprendizagem escolar.

Finalmente, e só em terceiro e último lugar, surge o jornal, o órgão de expressão da nossa actividade, do qual, se tudo correr como desejamos, não prevemos mais do que três números anuais que sairão depois das férias do Natal, das férias da Páscoa e das férias Grandes.

Pela primeira vez — e temos esperança em que brevemente poderemos dizer: pela última — o jornal não tem, atrás de si, como fonte de documentação dos nossos trabalhos, mais do que a informação obtida das lições dos nossos Professores.

Não desejamos concluir esta breve nota de apresentação de *O Contabilista — Jornal técnico dos alunos do I. P. E.*, sem uma respeitosa saudação a todos os nossos Mestres.

Ao nosso Ex.mo Director, Coronel Pacheco de Sousa, queremos prestar uma tão simples quão sincera homenagem de gratidão: que Sua Ex.ª permita que tomemos como lema do trabalho, que neste número do jornal tem o seu início, as palavras com que nos respondeu à tímida, embora firme, sugestão que lhe foi apresentada da extensão da nossa actividade escolar nos moldes que, sucintamente, acabamos de relatar: **Mãos à Obra!**

Eduquer, c'est favoriser l'éclosion des valeurs personelles. L'éducateur ne doit pas influencer, mais respecter les valeurs personelles de l'enfant.

Do livro, «Aspects et Technique de la peinture d'enfants»

Algumas Palavras

Colocaram sob a minha vista, a primeira página desta publicação e no terço central estava escrito: «Espaço reservado ao Ex.mo Director». Antes que me ocorressem comentários de maior, manobrava uma caneta e começava... a preencher o espaço. Não tenho porém, a intenção de prefaciar a obra. Tentativas deste género, quando não se resumem a analisar ou destacar a personalidade do autor ou autores e antes pretendem descrever, explicar ou justificar o conteúdo escrito, transformam-se quase sempre numa crítica, numa má crítica aliás, porque dirige-a um pensamento favorável ou elogioso.

* * *

Aqui há umas semanas, o Prof. Dr. Luizélio Saraiva referiu-se com louvor, a algumas provas de alunos seus e alvitrou o provável interesse com que o meio da especialidade acolheria a divulgação dos nossos trabalhos escolares.

Assim nasceu esta publicação, cognominada de harmonia com o sector vizado do ensino, o Comércio e a Contabilidade.

Julgo que a prazo relativamente curto, poderão ser postos em foco, os ramos da Indústria e da Cultura Física e Instrução Militar.

Não será portanto, de estranhar que ao *Contabilista* se sigam *O Industrial* e *O Desportista*.

Quando envolvermos estes relatos escritos e periódicos, de carácter intelectual e físico, num pequeno breviário da actividade e formação moral dos alunos, creio que poderemos proceder à encadernação da pequena publicação, apondo-lhe na capa a designação

«*O I. P. P. E.*».

Publicações deste género têm vantagens e podem também criar alguns inconvenientes. Julgo que as primeiras dominam os segundos e todos concordarão que assim é, pelo menos num caso; mostrarmos tão claramente quanto possível, o que somos, com a verdade das nossas exigências, das nossas intenções e trabalhos, a sinceridade das nossas preocupações e acima de tudo, com a grande, a fundamental e preocupante verdade dos nossos alunos. Por eles, para eles e com eles, será feita esta revista.

E' desnecessário dizer mais. A publicação falará por mim.

Resta-me apenas, exprimir ao Prof. Dr. Luizélio Saraiva e a todos os Ex.mos Professores, Oficiais, Antigos e Actuais Alunos colaboradores, a honra que sinto por dirigir um estabelecimento de ensino onde a compreensão mútua e acção colectiva, tomaram feição de tão alto expoente e destacada classe.

O DIRECTOR,

Manuel Quirino Pacheco de Sousa

Coronel de Engenharia

Salário Real

e Política Monetária

Para darmos uma definição nítida e concreta de salário real é, primeiro que tudo, necessário falarmos no salário nominal, pois aquele define-se em função deste.

— Assim:

Entende-se por salário nominal, o número de unidades monetárias recebidas por qualquer trabalhador num determinado período de tempo, e por salário real o salário nominal medido em função do custo da vida.

Destas duas definições depreende-se que o salário real exprime melhor as condições de vida de qualquer sujeito económico, pois não se refere, exclusivamente, às unidades monetárias, mas sim ao poder de compra dessas unidades, dependendo esse poder de compra do custo da vida.

Compete ao Estado, qualquer que seja a sua ideologia, pelo menos, vigiar e controlar a estreita relação que deve existir entre o salário real e o nível dos preços.

Assim vejamos:

Diz-se que há inflacção, quando o volume da moeda aumenta, sem que contudo o volume dos bens tenha crescido na mesma proporção; e deflacção, sempre que aumenta o volume dos bens, sem que a moeda tenha também crescido na mesma proporção.

Como se deduz das definições dadas, a inflacção leva não só os preços a aumentarem e, consequentemente, à armazenagem de bens feita pelos produtores, no intuito de os venderem a preços mais altos, como também à troca da moeda poupada por bens físicos; e a deflacção leva os produtores a reduzirem proporcionalmente a produção, dando portanto lugar, a uma diminuição do P. N. B. (produto nacional bruto), posto que a baixa do nível de vida seja evidente.

Ambas as circunstâncias provocam

(Conclui na pág. 5)

Em defesa da língua

Sendo a linguagem o instrumento, por excelência, de expressão da vida psíquica — isto é, o meio pelo qual sentimentos, desejos e ideias se comunicam — nunca a sua importância será demais salientada nem o seu aperfeiçoamento se poderá algum dia considerar excessivo.

Aperfeiçoar a linguagem é como tornar uma ferramenta cada vez mais capaz de executar o seu trabalho.

Foi sempre difícil e violenta a luta pela expressão. E apesar da espantosa ductilidade já adquirida pelas línguas cultas hodiernas, elas não conseguiram ainda plasmar, em todos os seus cambiantes, em todas as suas subtilezas, a complexa corrente das nossas emoções e dos nossos pensamentos: continua o esforço humano de simplificar, engrandecer, clarificar o verbo com que o espírito se anuncia e forja o sentido da vida.

E' na mesma intenção, como nos foi comunicado, que se abre em «O Contabilista» uma secção intitulada «Em defesa da língua».

A técnica contabilista tem de funcionar com a precisão mecânica duma oficina de relojoaria; e, como nesta, entende-se que nada a deve distraír ou perturbar. Mas talvez não lhe seja também de todo inútil que num cantinho da mesma oficina, reservada e silenciosamente, se faça, uma vez por outra, a afinação da ferramenta com que se trabalha...

ALVES RIBEIRO, Capitão

■ ■ ■

Tribuna do Leitor

Destina-se esta Secção a explicitar o pensamento dos imediatos responsáveis pela publicação do Jornal, que vem a ser do mesmo se poder destinar a servir o intercâmbio cultural no Ensino Técnico, se não destinar exclusivamente ao leitor passivo e de não se terem de entender como únicos, e como os melhores, os centros de interesse escolhidos.

Nesta Secção encontra, pois, o leitor activo e estudioso, qualquer que seja a sua formação, ou a sua Escola, uma tribuna onde, à maneira de «consultório», poderá apresentar as suas dúvidas acerca dos assuntos que mais o interessem — o que, até certo ponto, constituirá para o Jornal uma linha de rumo — onde poderá tomar a iniciativa de abordar e desenvolver quaisquer temas aos quais a sua atenção já prèviamente se tenha dedicado — o que constituirá um excelente meio de divulgação e utilização de tais estudos. Finalmente, encontrará um campo aberto àquela crítica que, por contrária ao espírito que anima o Jornal não possa vir a ter outra inserção, mas a que, nem por isso, se não deixará de dar o desejado desenvolvimento — o que se julga pode constituir uma elevada forma de educação.

José Paulo Fillol, Professor

Uma variante do sistema clássico de escrituração

Por escrituração deve entender-se o conjunto de documentos e livros onde se registam e comprovam as alterações do património do comerciante.

São pois, documentos os escritos que se exibem para, através deles, se demonstrar a verdade de factos que se alegam, isto é, para servirem como meio de prova, sendo por isso bastante importantes na escrituração.

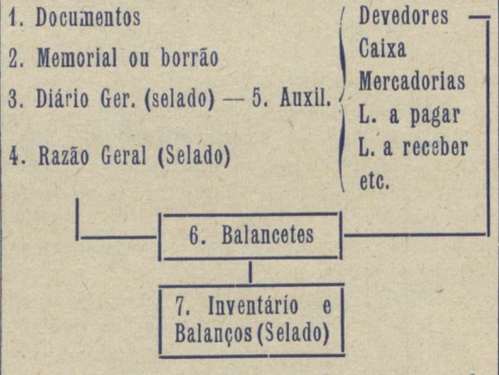
Com respeito aos livros, existem vários, sendo considerados por lei indispensáveis na escrita, o Diário, o Razão, o Inventário e Balanços, o Copiador de Correspondência, o Livro de Actas (para as sociedades), o Copiador de Facturas e o Registo de Extractos de Facturas (para os comerciantes que efectuem vendas por grosso e a prazo).

Montar uma escrita é um trabalho que oferece, em certos casos, grandes dificuldades.

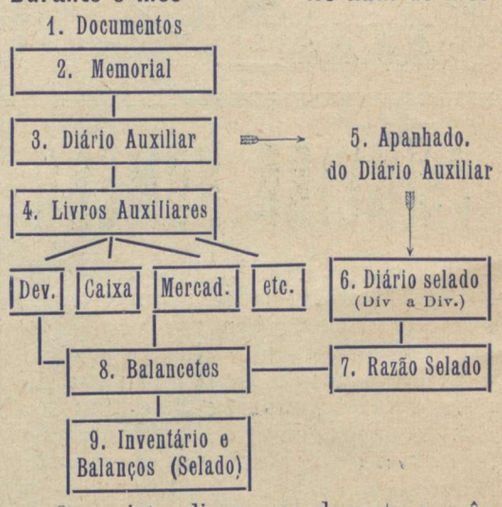
Porém, se a sua organização for feita com método, a escrita poder-se á efectuar fàcilmente e na devida ordem.

São vários os sistemas ou processos de escriturar, sendo, um deles, o sistema clássico ainda usado e eficaz.

Nele o registo das operações é feito pela respectiva ordem como se indica no esquema seguinte:



Contudo, em virtude do encargo de imposto de selo, quando o movimento é muito grande, e ainda por força do disposto no parágrafo 1.º do artigo n.º 34 do Código Comercial, que faculta aos comerciantes levarem ao Diário Selado os lançamentos numa só verba semanal, quinzenal ou mensal, apresenta este sistema, na prática, certas variantes, sendo uma delas a que se indica no seguinte esquema:



Quer isto dizer que durante o mês as operações vão-se registando, sucessivamente, do Memorial para um Diário Auxiliar (não selado) e deste para os livros auxiliares respectivos; no final do mês faz-se um resumo ou apanhado do Diário Auxiliar, levando os lançamentos ao Diário e Razão Selados.

Seguidamente fazem-se as conferências e tiram-se os Balancetes do Razão e Auxiliares, elaborando-se por fim o Balanço (saldos do balancete de inventário do Razão) que se regista no Livro de Inventário e Balanços, em obediência ao artigo n.º 33 do Código Comercial, o qual diz que este livro servirá não só para o arrolamento de todo o Activo e Passivo do comerciante, fixando a diferença entre aquele e este, o capital com que entra em comércio, como também para nele se lançarem, dentro dos prazos legais os balanços a que se tem de proceder.

Evidentemente que esta variante tem toda a razão de ser, pois oferece nítidas vantagens aos comerciantes, entre elas a de ser efectuada com despesas mais módicas, pois o Diário Selado oferecia imensa despesa, se nele fossem registadas dia a dia todas as operações efectuadas.

Manuel António Duran Clemente
Al. n.º 30, 2.º ano, C. Geral Comércio

PORTUGAL NA HISTÓRIA

D. JOÃO DE CASTRO

Deixou o seu nome imortalizado por feitos de valor na Africa e no Oriente.

Descendente da ilustre Casa dos Castros — fundada por D. Alvaro Pires de Castro, 1.º Conde de Arraiolos e irmão de D. Inês de Castro — foi o quarto vice-rei da India.

Nasceu em Lisboa no dia 17 de Fevereiro de 1500. Como não era herdeiro da casa de seus pais, por ser segundo morgado, foi destinado às letras — conforme os preceitos em uso nas casas grandes dessa época.

Recebeu uma educação apurada, tendo por mestre de matemática o célebre Pedro Nunes e foi colega nos estudos, do infante D. Luís, irmão de D. João III, a quem sempre o ligou íntima amizade.

Homem instruído, tanto em letras como em ciências, deixou-nos dos seus conhecimentos, concernentes à navegação, uma notável prova no seu «Roteiro do Mar Roxo».

Gostava de folhear os clássicos latinos e gregos, e o seu entusiasmo pelos

(Conclui na pág. 4)

Crescimento da população e pleno emprego

E' sabido que o índice de natalidade é cada vez maior que o de mortalidade, e, de tal modo, que o crescimento da população de um país, é dos problemas mais melindrosos e graves que os Estadistas têm de resolver.

Com o aumento da população, resulta, do ponto de vista económico, um acréscimo de consumidores e de procura de emprego.

Portanto, se o produto nacional se mantivesse estável haveria um menor rendimento por cabeça e consequentemente, um menor nível de vida, além de um contínuo acréscimo de desemprego: e esta situação, a prolongar-se, redundaria numa tal crise que levaria o país à bancarrota.

Deste modo, o que há a fazer para resolver tal problema?

Afigura se-me, como única solução, o aumento progressivo da produção nacional.

Esse produto nacional transforma-se, depois, em rendimento nacional, o qual é distribuído sob a forma de remunerações ao trabalho (salários), remunerações ao capital (juros) e remunerações aos empresários (lucros).

Seguidamente esses operários, capitalistas e empresários, utilizam os seus rendimentos em despesas de cousumo e de poupança.

Eis o esquema:

Produção Nacional
↓
Rendimento Nacional
salários - juros - rendas - lucros
↓
Despesa Nacional
Consumo - Poupança

Como a «propensão à poupança varia na razão directa do rendimento», essa poupança aumentaria então com o aumento da produção, sendo depois convertida em capitais que garantiriam um nível de vida igual ou melhor para as gerações vindouras.

Está, assim, equacionado o problema que resulta do crescimento da população e se reflete sobre o nível de vida, e, de igual modo, o que se refere às suas repercussões sobre o pleno emprego, pois a criação de novos capitais técnicos, independentemente do aumento da produtividade técnica, traz também um aumento de oferta de emprego que ocuparia esse excesso de indivíduos em condições de trabalhar.

O pleno emprego numa Nação atinge-se, quando toda a população activa se encontra ocupada, cooperando assim para o aumento do rendimento nacional e da prosperidade dum país. No caso contrário dar-se-ia o subemprego ou desemprego, o qual não é apenas devido ao crescimento da população e pode apresentar os seguintes aspectos:

desemprego técnológico, que resulta do progresso técnico;

desemprego estacional, que se verifica em determinadas épocas do ano, de harmonia com as oscilações da vida agrícola, etc.;

desemprego cíclico, resultante das crises económicas;

desemprego acidental, devido a guerras, etc.;

desemprego permanente, devido ao desequilíbrio entre a população activa e a produção.

E' curiosa e delicada a interdependência dos vários fenómenos económicos.

E' precisamente o desemprego um dos fenómenos mais ruinosos para a vida económica e social dum país; e esse desemprego, está em constante dependência do consumo, pelo que é este um dos principais factores que regulam a vida e a prosperidade dum país.

Se não, vejamos.

Se num determinado ano, os consumidores decidissem poupar (entesourar) os seus rendimentos, havendo portanto uma diminuição do consumo, os respectivos empresários diminuiriam no ano seguinte, a sua produção e necessàriamente teriam de despedir muitos trabalhadores. Surge, portanto, o desemprego tirando a muitos indivíduos o trabalho, e estes ver-se-iam privados de rendimento não podendo assim consumir outros produtos; por consequência, dar-se-ia uma diminuição de consumo noutros ramos da indústria, e os respectivos empresários cairiam na necessidade de desempregar mais trabalhadores, e a crise ir-se-ia alastrando, devido ùnicamente ao factor consumo ter diminuido.

Esta crise, porém, pode ser evitada se se tiver presente o célebre princípio da procura global de Lord Keynes, que diz o seguinte: «O nível do emprego e do rendimento nacional de uma nação depende do nível da despesa de consumo e de investimento efectuados num dado momento».

Assim, deste modo, a parte poupada, e que não foi utilizada no consumo, seria reconduzida à produção, por exemplo através dos depósitos nos Bancos, os quais movimentariam esses capitais, empregando-os em empréstimos à produção. Os empresários não se veriam assim obrigados a diminuir a produção e a despedir trabalhadores.

Surge aqui o papel preponderante que os Bancos exercem na economia contemporânea, como organismos reguladores de toda a actividade económica e evitando ainda, como neste caso, crises de âmbito económico e social de efeitos funestos para a vida da Nação.

Ficam, pois, bem expressas nesta breve exposição, as relações entre o crescimento da população e o pleno emprego; e, bem assim, a interdependência de todos os fenómenos económicos, concorrendo decisivamente para a enorme importância da Economia Política, na vida dos povos e no progresso técnico e social dos nossos dias.

José Barbosa Pereira
Al. 211, 1.º ano Contabilista

Documentos

Pio XII e a Ciência da Economia

. . . . . .

La science de l'économie commença à s'édifier, comme les autres sciences de l'époque moderne, à partir de l'observation des faits. Mais si les physiocrates et les représentants de l'économie classique crurent faire une oeuvre solide, en traitant les faits économiques commes s'ils eussent été des phénomènes physiques et chimiques, soumis au déterminisme des lois de la nature, la fausseté d'une telle conception se révéla dans la contradiction criante entre l'harmonie théorique de leurs conclusions et les misères sociales terribles, qu'elles laissaient subsister dans la réalité. La rigueur de leurs déductions ne pouvait remédier aux faiblesses du point de départ: dans le fait économique, ils n'avaient considéré que l'élément matériel, quantitatif, et négligeaient l'essentiel, l'élément humain, les relations qui unissent l'individu à la société et lui imposent des normes, non point matérielles, mais morales dans la manière d'user des biens matériels. Détournées de leur fin communautaire, ceux-ci devenaient des moyens d'exploitation du plus faible par le plus fort, sous la loi de la seule concurrence impitoyable.

Pour remédier à ce défaut, le marxisme s'efforce de remettre en valeur l'aspect social de l'économie et d'éviter que les particuliers n'accaparent à leur profit exclusif les moyens de production. Mais, par une erreur non moins funeste, il prétend ne voir dans l'homme qu'un agent économique et faire dépendre des rapports de production toute la structure de la société humaine. S'il n'est plus livré au jeu arbitraire des puissances d'argent, l'homme se trouve alors enfermé et écrasé dans le cadre social d'une société durcie par l'élimination des valeurs spirituelles, et aussi impitoyable dans ses réactions et ses exigences que le caprice des volontés particulières. De part et d'autre, on a omis de regarder le fait économique dans toute son ampleur: à la fois matériel et humain, quantitatif et moral, individuel et social

. . . . . .

Qu'il Nous soit permis de prolonger encore cette perspective, en rappelant un mot de l'Evangile, qui traduit la vision chrétienne du problème de la production et de l'utilisation des biens matériels: «Cherchez d'abord le Royaume de Dieu et sa justice, et tout cela vous sera donné par surcroît» (*Matth.* 6, 33). Même comme sujet de l'économie, l'homme ne peut jamais introduire une séparation complète entre les fins temporelles qu'il poursuit et la fin dernière de son existence. La parole du Christ a déclenché un véritable renversement des façons communes de concevoir les relations de l'être humain avec le monde matériel; ne suggère-t-elle pas en effet,

(Termina na página 7)

Portugal na História

(Conclusão)

antigos não deixou de ser um pouco exagerado, porque o levou a imitar, na India do século XVII, o pomposo cerimonial dos triunfos romanos.

D. João de Castro amava as letras por obediência, e as armas por destino e, assim, desprezando a glória das escolas para seguir a guerra, embarcou para Tânger, quando atingiu os dezoito anos, pois achava em si inclinação, e em seus avós exemplo.

Militou com muita distinção na Africa portuguesa, na expedição a Tunes, em que foi na esquadra, enviada por D. João III, para auxiliar Carlos V; tomou parte em expediçoes contra os piratas e no Oriente serviu, ainda como subalterno.

A decadência do nosso prestígio na India era cada vez maior, quando, em 1545, D. João III, para remediar o mal, nomeou como vice-rei a D. João de Castro.

Dotado de uma serenidade e rigidez de carácter, o seu governo não se assinalou por novas conquistas, nem por importantes reformas ou fecundas iniciativas, mas brilhou por uma firmeza a toda a prova nos negócios de guerra, por um sentimento vivíssimo de patriota, por uma lisura quase sem precedentes, por uma honestidade austera e nobre e pelo cumprimento inalterável de justiça.

Teve ocasião de ligar o seu nome à grande façanha do levantamento do segundo cerco de Diu, em que os portugueses adquiriram renome imortal.

E, contudo, apesar de todas essas qualidades, só pôde suspender temporàriamente, nos três anos do seu governo, a ruína de uma dominação.

Pouco tempo se gozou D. João de Castro do título de vice-rei, porque não tardou que enfermasse gravemente. Como a doença desse logo indícios de mortal, e ele o reconhecesse, chamou à sua presença os vultos mais notáveis de Goa, aos quais entregou o governo do Estado.

Ordenou também que se lhe apresentassem os membros do Governo Popular da Cidade, o Guardião de S. Francisco, Fr. António Casal, S. Francisco Xavier e os oficiais de El-Rei, a quem expõe a sua situação e pede um auxílio; a todos prestou o seguinte juramento, para confirmar a sua miséria: «*Jura que a sua probidade o tem levado à última indigência*».

Faleceu em Goa, no dia 6 de Junho de 1548, com a idade de quarenta e oito anos. Entre outros, assistiu-lhe aos últimos momentos S. Francisco Xavier, seu grande amigo e confessor.

Apenas se acharam na sua câmara três tangas larins e os cabelos da barba que havia empenhado.

Seu corpo, em consequência da sua última vontade, foi depositado em S. Francisco de Goa, para que dali se trasladassem os ossos à sua Capela de Sintra. O seu funeral teve lugar com a maior solenidade, derramando lágrimas todas as classes do Estado, tanto as ilustres como as pobres.

Passados alguns anos, vieram seus ossos para o Reino, onde foram recebidos com reverente e piedoso aplauso, e levados aos ombros de quatro netos seus ao Convento de S. Domingos de Lisboa, onde lhes fizeram sumptuosas exéquias.

Daqui foram segunda vez trasladados para o Convento de S. Domingos de Benfica, onde estiveram alguns anos em Capela estranha, até que o Bispo Inquisidor Geral, D. Francisco de Castro, seu neto, lhes fez Capela e sepultura própria, nos terrenos anexos ao referido Convento, em benefício da memória do avô, e piedade do neto.

ELOY VALVERDE
Major

Actividades Escolares

Capitão Amado da Cunha

O Sr. Capitão Amado da Cunha iniciou as suas funções no Instituto no dia 10 de Outubro de 1945, na qualidade de Comandante da 2.ª Companhia. Desde 11 de Novembro de 1948 que é professor e, presentemente, regia a disciplina de francês dos cursos Geral do Comércio e de Contabilista.

Por atingir o limite de idade em 17 de Março de 1958, o mestre dedicado e competente que é o Sr. Cap. José Ricardo de Barros Amado da Cunha deixará o Instituto naquela data.

Por intermédio de *O Contabilista*, desejamos prestar ao mestre amigo esta simples homenagem, apresentar os nossos maiores votos de felicidades e, sobretudo, agradecer tudo o que por nós fez e trabalhou, deixando arreigados nos nossos espíritos a maior saudade e o mais vivo reconhecimento.

ALUNO N.º 1

Jorge Augusto Pessoa de Vasconcelos

Tendo frequentado o 1.º ano do curso de Contabilista, precisamente aquele que mais directamente viveu a ideia da criação deste jornal, é credor da nossa gratidão o aluno n.º 1, Jorge Augusto Pessoa de Vasconcelos, pois à sua arte se deve o desenho do cabeçalho deste jornal.

Ouvindo o Comandante de Batalhão

O Contabilista que vai ver a luz do dia numa altura em que os alunos finalistas estão fazendo os últimos preparativos para o primeiro grande contacto com a vida, não quis deixar de registar pela voz do Comandante de Batalhão, o aluno n.º 54, Francisco Pinheiro, o que sobre a vida escolar e o nosso jornal pensavam os que, dentro em breve, vão deixar o nosso Instituto.

— Que pensa do plano de estudos do curso de Contabilista?

— O curso está orientado no sentido de dar ao futuro contabilista todos os conhecimentos técnicos necessários ao exercício da profissão que escolheu, sem descurar a chamada cultura geral.

Parece-nos, no entanto, que seria interessante a criação da cadeira de Filosofia, não só porque a cultura humanista se nos afigura ter sido porventura um pouco esquecida neste curso, como também, e consequentemente, porque os alunos contabilistas serão os únicos futuros oficiais do exército, juntamente com os do Quadro Auxiliar, que não possuem aquela cadeira, bastante útil a todo o chefe.

— E sobre livros escolares? Não seria útil completá-los com a consulta de livros e revistas da especialidade?

— Sim, sem dúvida, porque além de permitir ao aluno aprofundar os seus conhecimentos de determinado assunto que o interesse especialmente, oferece-lhe, também, a oportunidade de se manter a par com novos problemas da contabilidade ou com ela relacionados que possam surgir em qualquer altura.

— Acha interessante a sugestão do nosso jornal sobre a realização de colóquios àcerca de assuntos da especialidade, e sob a direcção dos professores?

— A ideia não só é interessante como útil e parece-nos que influirá bastante na dificuldade que tem a maioria dos alunos em falar sobre esses assuntos. Isto acontece, geralmente, não por falta

(Continua na pág. 6)

Portugal no Mundo

(Conclusão)

continuidade histórica em que o presente colabora com grandeza que se tornará maior, se tivermos na medida exacta o conhecimento da sua filiação directa nos séculos passados e do seu prolongamento no futuro, em possibilidades que existem, mas cuja realização depende do nosso esforço colectivo.

— Das atitudes erradas e nefastas a que fizemos referência, resulta o pior dos males para a Nação — o impedir que ela tenha a consciência firme e constante da sua vida profunda, o sentimento de uma continuidade histórica que o presente serve com grandeza e que exige de todos os portugueses o maior esforço, para que seja no futuro, ainda maior do que foi no mais esplendoroso passado.

Se interrogarmos a História sobre o caminho percorrido, ela dir-nos-á que o momento presente não é menos digno do que foram os melhores momentos dos oito séculos passados e que o apogeu só virá a ser verdadeiramente atingido, no futuro.

Esta revelação porém exige de nós todos maior esforço: o da justiça para com o presente, sempre difícil, e que não se duvide da fé, nem das possibilidades que lhe permitiram escrever um passado tão honroso sobre o qual há que construír um futuro ainda melhor.

Para tanto bastará que todos colaborem com justiça e com amor.

Só com este espírito será possivel encontrar as soluções apropriadas, para os problemas presentes, que um Mundo desorientado tornou complexos e enfrentar da maneira mais apropriada aqueles que o futuro nos reservará.

— Um povo que sabe o que é, não só pelo que foi, mas pelo que esse passado requer que seja. Um povo que sabe o que quer, não por fantasia e ilusão de momentânea paixão colectiva, preparada por falsas propagandas, mas porque o seu querer corresponde à compreensão da realidade histórica, que é sempre o produto de muitos séculos de vida nacional — assim é o povo português.

— A presença de «Portugal no Mundo», de que se ocupará esta coluna, em números seguintes, terá que ser analisada nos seus múltiplos aspectos, político, social, económico e religioso, o que tentará fazer-se.

MACHADO DE CASTRO
Major

A vida nacional em números

O excelente Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística, informa-nos do que se passou no Continente e Ilhas:

População

No mês de Março nasceram 17.850 pessoas, morreram 7.660, havendo, assim, um saldo fisiológico de 10.190 vidas.

Das 7.660 pessoas falecidas, 1294 não chegaram a atingir 1 ano de vida, 1.759, não atingiram os 5 anos e 3 713 morreram com 65 ou mais anos.

As causas da morte mais frequentes são: 1 — Senilidade: 1.283; 2 — Lesões vasculares: 846; 3 — Pneumonia: 631; 4 — Tumores malignos: 605; 5 — Doença arteriosclerótica e degenerativa do coração: 524; 6 — Outras doenças do coração: 480; 7 — Doenças particulares da 1.ª infância: 411; 8 — Tuberculose do aparelho respiratório: 316. Houve 5.760 casamentos.

Produção

A energia eléctrica produzida em Março em milhoes de kwh foi de 197,9 sendo de origem hidráulica 196,9 e de origem térmica 1,0.

Consumo

Foram abatidos no mês de Abril:

Bovinos: 19.693 cabeças; Ovinos: 102.289; Caprinos: 25.228; Suínos: 37.370; Equídeos: 1.304.

O peso limpo destas 185.884 cabeças foi de 7.143.649 kgs.

Comércio externo

Nos meses de Janeiro a Maio, foram importadas mercadorias que pesaram 1.752 999 toneladas com o valor de 6.103.330 contos e exportadas mercadorias com o peso de 1.015.600 toneladas e o valor de 3.167.990 contos.

Os nossos principais clientes nos meses de Janeiro a Maio foram:

Ultramar, com quem tivemos um saldo positivo de 131.313 contos; Estados Unidos da América, saldo negativo de 536.216 contos; Reino Unido, idem de 347.803 c.; Alemanha (República Federal), idem de 697.247 c.; Irak, idem de 374.818 c.; França, idem de 276.350 c.; Bélgica-Luxemburgo, idem de 252.295 contos.

Turismo

Os nossos hoteis e pensões registaram, em Março, 76.912 dormidas de estrangeiros (não só de turistas) dos quais:

Ingleses, 25.043; Americanos, 11.429; Franceses, 7.977; Espanhois, 7.133; Alemães, 3.851; Brasileiros, 2.915.

Mercado (financeiro) de capitais

A taxa de juro médio, real, da dívida pública em Março foi de 3,02 % e a das restantes obrigações de 3,68 %.

A taxa de juro dos empréstimos hipotecários foi, no 1.º trimestre de 1957, nos estabelecimentos de crédito, 4,8 %, nos particulares, 6,88 % e na Caixa Geral de Depósitos, 4 %.

Mercado (monetário) de capitais

As taxas no Banco de Portugal foram de 2,5 % (desconto) e de 2 % (redesconto). Nos restantes bancos a taxa média de desconto dos efeitos comerciais sobre o continente, ilhas e ultramar, foi de 3,8 %.

Vida Comercial

Foram descontados, em Março, 575.400 efeitos comerciais correspondentes a 3.517.000 contos e protestados 5.130 no valor de 23.670 contos.

No 1.º trimestre de 1957 foram constituídas sociedades com um capital de 71 900 contos e dissolvidas sociedades com um capital de 14.200 contos.

Foram hipotecados, no 1.º trimestre de 1957, 5.388 prédios, pelo valor de 375 746 contos e canceladas hipotecas em 5.555 prédios no valor de 274.327 contos.

Meios de pagamento em poder do público

Notas em circulação.	+	11.130.000 contos	
Moeda divisionária .	+	515.000	
Notas e moeda em poder dos bancos	—	1.075.000	= 10.570.000
Depósitos à ordem..	+	36.004.000	
» obrigatórios do Tesouro	—	2.272.000	
Depósitos inter-bancos	—	10.267.000	= 23.465.000
		Total.....	34.035.000

Preços

No mês de Março:

Índice de preços de retalho (no consumidor) em Lisboa — Base 1.7.48 a 30.6.49

Alimentação 107; Vestuário e calçado, 107; Habitação, 101; Combustíveis e electricidade, 102; Higiene, 118; Diversos, 106; Conjunto, 106.

Índice de preços por grosso (no produtor) em Lisboa — Base: 1948

Alimentação, 106, Bebidas e tabaco, 110; Matérias primas não alimentares, excepto combustíveis, 171; Combustiveis e lubrificantes, 135; Produtos da indústria química, 111; Produtos manufacturados, 116; Conjunto, 117.

Mercado cambial

Preço das principais moedas estrangeiras, em moeda nacional, em Março, nas respectivas praças:

Londres, £ esterlina, 80$92; Paris, Franco, $08,3; Madrid, Peseta, 2$62,6; New York, Dólar, 28$90; Berlim, Deutschmark, 6$87,8; Genebra, Franco suiço, 6$60,9; Amsterdão, Florim, 7$60,5; Bruxelas, Franco belga, $57,8; Estocolmo, Coroa sueca, 5$58,7; Oslo, Coroa norueguesa, 4$04,6; Copenhague, Coroa dinamarquesa, 4$18,4; Helsínquia, Marco, $12,6.

■ ■ ■ ■

Lei da adaptação funcional

Para fazer agir um indivíduo, é preciso colocá-lo em condições próprias a fazer nascer nele a necessidade que é satisfeita pela acção que se deseja que ele pratique.

E. Claparède

SALÁRIO REAL

(Conclusão)

o mal-estar económico da Nação, competindo ao Estado ou fazer desaparecer o volume da moeda que circula em excesso no mercado, ou fazer aumentar o volume da mesma moeda, se ela circular em quantidade diminuta.

Para tal efeito pode o Estado actuar por três processos: fazendo variar a taxa de desconto (redesconto) do Banco Emissor, pelas operações de «mercado aberto» e pela selecção de créditos.

Todos estes processos podem ser magistralmente esclarecidos, através da seguinte fórmula do grande economista americano Irving Fisher, com base na teoria quantitativa da moeda:

$P \times T = MV + M'V'$ em que:

P — Nível dos preços (índice);

T — Volume das transacções;

M — Massa monetária em moeda papel e metálica;

V — Velocidade de circulação de M ou seja o número de vezes que M efectuou pagamentos num dado período;

M′ — Moeda escritural;

V′ — Velocidade de circulação de M′;

Poder-se-á, em relação ao primeiro processo, verificar que consoante M e M′ aumentam ou decrescem, P aumenta ou decresce para um mesmo T, donde se conclui que, elevando o crédito (moeda escritural) pela diminuição da taxa de desconto do Banco Emissor, aumenta M′; e diminuindo-o pela elevação da taxa de desconto do referido Banco, o M decresce.

O segundo processo consiste ou na emissão de títulos (obrigações) feitas pelo Estado o qual recebe o produto da venda fazendo diminuir M, ou na compra de títulos pela qual fazendo a liquidação entrega dinheiro no mercado aumentando por consequência o M.

Quanto ao terceiro processo, este resume-se à restrição do crédito a determinados sectores, logrando assim a venda das existências feita pelos produtores e a consequente baixa de P, dado o aumento da oferta. Claro que o aumento do crédito teria efeitos totalmente diferentes.

No que se refere ao preço do trabalho, dada a natureza especial deste, tem levado a intervenções directas do Estado em defesa da pessoa do trabalhador. E' interessante destacar a existência, em França, da chamada escala móvel dos salários, assim se designando um processo de fixação do salário nominal pelo qual este varia e actualiza o seu poder de compra, automàticamente, em função do índice do custo da vida.

Todas estas regras foram estudadas e formuladas por Economistas e estão à disposição dos Estados com o proveitoso intuito de assegurar às suas populações em geral, um nível de vida compatível com a moral, a solidariedade e a dignidade humanas, e em conformidade com a natureza psíquica e a competência profissional de cada um.

Luís Faria
Al. 220, 1.º ano, Contabilista

LIVROS, REVISTAS E JORNAIS

Jornal do Comércio

O diário mais antigo do País dedica especial atenção aos problemas económicos e financeiros e do seu número de 4 de Julho transcrevemos:

«Perspectivas da produção nacional de energia»

«Entre as hesitações e as incertezas a que dão lugar, na actualidade, as possibilidades divergentes de energia eléctrica pelos meios clássicos ou pelas novas técnicas de fissão nuclear, a politica energética portuguesa terá de prosseguir os seus rumos em face das exigências actuais ou próximas que se apresentam nesses domínios.

E' legítimo perguntar, como fazia há pouco o Professor Stucky, da Escola Politécnica de Lausanne no prestigioso «Journal de Genève», se no momento em que a produção de energia em grande escala puder ser assegurada por reactores, as centrais hidro-eléctricas não se tornarão supérfluas.

A opinião dos produtores de electricidade dos países melhor apetrechados, neste caso, é francamente negativa.

Revista de Contabilidade e Comércio

Desta excelente revista que, há largos anos, vem dedicando especial atenção aos assuntos de Contabilidade, respigamos do seu número de Julho de 1957 e dos seguintes artigos:

Organização funcional das empresas,
do Prof. Mário Gonçalves Viana

«... é indispensável criar, na empresa, um clima psicológico favorável ao trabalho coordenado e fecundo. .».

Acerca da normalização na Contabilidade Bancária,
do Dr. Ramos Pereira

«A extrema diversidade dos processos contabilísticos usados para a escrituração dos factos patrimoniais, mesmo adentro de um grupo de empresas similares, diversidade não só no número e designação das contas mas também na sua interligação, torna muitas vezes impossivel, ou pelo menos muito difícil a análise de uma situação patrimonial através de um balanço e a comparação das situações de várias empresas em sucessivos momentos».

Este número insere ainda os seguintes interessantes artigos:

Contabilidade Agrícola, do Prof. Gonçalves da Silva; *Alguns custos de produção industrial*, do Dr. Sousa Leite e *Contabilidade por decalque, ainda o sistema «Sintex»*.

Diário Ilustrado

O mais jovem diário da capital criou um interessante suplemento económico.

Respigamos, do seu número de 6 de Julho, breves passagens dos artigos que indicamos à seguir:

A produtividade e o progresso das nações, pelo notável economista Colin Clark, director do Instituto de Pesquisas de Economia Agrícola da Universidade de Oxford:

«Embora a pobreza e o desemprego ainda existam em proporção considerável, a opinião pública, em muitos países, acredita, novamente, como coisa fora de dúvida, no progresso económico.

No entanto, a proporção em que a produtividade pode ser melhorada tem um limite. Se a medirmos pela quantidade de bens e serviços produzidos por homem-hora de trabalho realizado, constatamos, por exemplo, que nos Estados Unidos, esta proporção vem crescendo, desde o século XIX, em cerca de 2 1/4 % por ano.

A educação há-de ser, provàvelmente, com o decorrer do tempo, o mais importante de todos os factores do progresso económico».

Necessidade de rever a actual localização das nossas indústrias, Tese apresentada ao II Congresso da Indústria Portuguesa pelos srs. Dr. Camilo C. de Oliveira e Eng. J. E. Duarte Ferreira:

«A concentração das indústrias nas cidades, designadamente em Lisboa, é prática desaconselhável pois que as próprias vantagens resultantes da proximidade dos mercados de consumo são muitas vezes aparentes. Desde os terrenos muito mais caros, às exigências do pessoal organizado sindicalmente; ao maior custo da energia; aos salários mais elevados; à vida mais cara e difícil para os operários; à promiscuidade nas suas habitações por falta de edificações — tudo contribui para reprovar tal localização.

A distribuição da população industrial nos meios agrícolas é a mais aconselhável pois é preciso olhar à alimentação geral. E esta torna-se tanto mais cara quanto maior é a distância que os produtos alimentícios têm que percorrer».

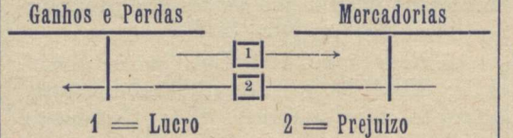
Mercadorias ou Fazendas gerais,

CONTA MISTA

Dá-se o nome de Mercadorias ou Fazendas Gerais a tudo o que se produz para vender e com intuito lucrativo. Das duas maneiras técnicas de contabilizar a conta Mercadorias, como conta do Activo ou como conta Mista, tratarei ùnicamente, da segunda. Diz-se conta mista, quando funciona como conta do Activo e como conta de Situação Líquida, conjuntamente. O conhecimento desta forma de contabilizar é de relevo, visto, na prática, dada a impossibilidade de apurar, operação a operação, o resultado, esta conta é movimentada da forma seguinte: é debitada pelo preço de custo, isto é, preço de compra ou de factura acrescido dos encargos directos, e é creditada pelo preço de venda, ou seja, o preço de custo acrescido do lucro bruto. O saldo não tem assim qualquer significado e, portanto, não corresponde ao verdadeiro valor das existências determinado em regra, ao preço médio de custo, sendo necessário, no final de cada ano, apurar os resultados (lucros ou prejuízos) da referida conta. Há uma maneira prática de apurar estes resultados que é a seguinte:

Crédito + valor das existências — débito { > 0 = lucro ; < 0 = prejuízo

Apurados os resultados há que fazer corresponder o saldo da conta ao verdadeiro valor das mercadorias existentes, transferindo os referidos resultados para a conta de Ganhos e Perdas por meio de um lançamento de regularização, isto é, um lançamento que torna o saldo da conta igual ao valor real das existências, o qual toma então um dos seguintes aspectos:



1 = Lucro 2 = Prejuízo

António Dias Trancoso
Al. 161, 2.º Ano C. Geral do Comércio

Actividades Escolares (cont.)

de conhecimentos, mas porque se lhes não proporcionam ocasiões frequentes para conversarem sobre esses temas.

Assim, julgamos que os colóquios contribuirão já para os alunos vencerem a timidez na exposição das suas ideias, já para aprenderem alguma coisa de novo, que, decerto, brotará de tão úteis conversações.

Prémios

O nosso jornal institui os seguintes prémios referentes ao ano lectivo de 1956-57 a que podem concorrer os seguintes alunos:

Do 1.º ano do curso de contabilista.

Prémio Economia.

Ao melhor trabalho sôbre «Números Índices».

Do 2.º ano do curso geral do comércio.

Prémio Contabilidade I

Ao melhor trabalho sobre «A Contabilidade».

Do 3.º ano do curso geral de comércio.

Prémio Contabilidade II

Ao melhor trabalho sobre «Balancetes».

Regulamento deste Concurso:

1 — Todos os trabalhos serão divididos em 4 partes subordinadas ás seguintes rubricas:

a) Descrição; *b*) Utilidade; *c*) Exemplo de aplicação; *d*) Bibliografia.

2 — Os trabalhos devem ser apresentados até 6 de Outubro p. f. e não podem exceder em folhas de 35 linhas de tipo normal.

A descrição: 1 página.
A Utilidade: 1 »
O Exemplo: 1 » com tolerância de mais uma para concorrentes ao Prémio Economia.

3 — Só podem concorrer os alunos classificados na respectiva disciplina com 15 ou mais valores.

4 — Os trabalhos devem ser feitos, *exclusivamente*, pelos alunos, embora possam ser consultados quaisquer livros e revistas que deverão ser indicados no final do trabalho, na rubrica bibliografia.

A Saúde do Espírito (conclusão)

crescente nas gerações seguintes aos «milagrosos» medicamentos. E as doenças mantinham-se com mais violência.

Foi grande o número de indivíduos que ficaram para sempre estéreis devido a infecções sexuais crónicas.

Daí, a necessidade premente de continuar a descoberta de novos antibióticos, cujo número já excede actualmente a centena.

Ai do Mundo se se interrompessem estas investigações!

Por que razão o Homem só teme as doenças físicas e pouco ou nada cuida da saúde moral? Um espírito recto e probo é a base da saúde corporal.

E, mesmo que a doença física surja, sem causa concreta evitável, como é diferente o modo como é aceite e suportada (quase vencida) em diferentes indivíduos: enquanto para uns é desespero, para outros é resignação, em que o sofrimento se converte em verdadeira sublimação e fonte de mérito.

Não só os médicos, mas também os sacerdotes são talvez as únicas testemunhas presenciais dos maiores dramas da vida humana. Como são diferentes as expressões dos doentes, traduzindo o que lhes vai na alma! Como é calma a morte do justo!

Numa palavra, para sempre e em tudo, o primado do Espírito.

Termino com um pensamento de Pascal: «O prazer de morrer sem pena, vale bem a pena de viver sem prazer».

AUGUSTO FERREIRA, Capitão-Médico

A descrição de um universo estatístico

Com a contabiiidade nacional a estatística forma o par de métodos mais fecundos de que se servem os economistas nas suas pesquisas.

No que se refere à estatística vamos dar algumas definições importantes, nomeadamente, a das medidas que servem à descrição de um universo estatístico.

Por universo estatístico ou população entende-se o total de medições ou observações que se podem fazer, relativamente a um determinado facto, em todos os objectos de uma colecção.

Consideremos o universo estatístico constituído pelas seguintes medidas:

$$x_1,\ x_2,\ x_3,\ \ldots\ldots\ x_n$$

relativamente às quais se apuraram as seguintes frequências:

$$f_1,\ f_2,\ f_3\ \ldots\ldots\ fn$$

Para descrever, resumidamente, este universo estatístico servimo-nos, principalmente, de 3 grupos de medidas:

I) *De tendência central*, as quais nos indicam as medidas do centro da colecção, sendo as mais usadas:

Média aritmética simples

E' o quociente da soma de todas as medidas, pelo número de medidas diferentes

$$Ma = \frac{x_1 + x_2 + x_3 + \ldots\ldots + x_n}{n}$$

Média aritmética ponderada

E' o quociente da soma dos produtos de cada medida pela respectiva frequência, pela soma de todas as frequências

$$Ma = \frac{x_1 f_1 + x_2 f_2 + x_3 f_3 + \ldots + x_n fn}{f_1 + f_2 + f_3 + \ldots + fn}$$

Média geométrica simples

E' a raiz cujo radicando é o produto de todas as medidas diferentes e cujo índice é o número dessas medidas diferentes

$$Mg = \sqrt[n]{x_1 \cdot x_2 \cdot x_3 \ldots\ldots x_n}$$

Média geométrica ponderada

E' a raiz cujo radicando é o produto de todas as medidas elevadas à potência das suas frequências e cujo índice é a soma destas frequências

$$Mg = \sqrt[F]{x_1^{f_1} \cdot x_2^{f_2} \cdot x_3^{f_3} \ldots x_n^{fn}}$$

sendo $F = f_1 + f_2 + f_3 + \ldots + fn$

Mediana

E' a medida que, ordenada a colecção de medidas, está no meio, isto é, que tem tantas medidas antes como tem depois; a sua determinação faz-se com o auxílio da expressão:

$$Md \longrightarrow \frac{f_1 + f_2 + f_3 + \ldots + fn}{2}$$

Primeiro quartil

E' a medida, cuja posição na colecção devidamente ordenada, coincide com o número obtido a partir da expressão:

$$Q_1 \longrightarrow \frac{f_1 + f_2 + f_3 + \ldots + fn}{4}$$

Terceiro quartil

E' a medida, cuja posição na colecção ordenada, coincide com o número obtido a partir da fórmula:

$$Q_3 \rightarrow \frac{3(f_1 + f_2 + f_3 + \ldots + fn)}{4}$$

Moda

E' a medida mais frequente, isto é, a que aparece mais vezes.

II) *De dispersão*, as medidas que nos indicam como estão afastadas ou dispersas, em relação à média aritmética, as várias medidas.

A mais usada é o desvio «standard» ou desvio padrão cujas fórmulas são as seguintes:

a) relativamente à média aritmética simples

$$T = \sqrt{\frac{(x_1 - Ma)^2 + (x_2 - Ma)^2 + \ldots + (xn - Ma^2)}{n}}$$

b) relativamente à média aritmética ponderada

$$T = \sqrt{\frac{f_1(x_1 - Ma)^2 + f_2(x_2 - Ma)^2 + \ldots + fn(xn - Ma)^2}{F}}$$

III) *De assimetria*, são as medidas que nos esclarecem a forma como se distribuem as medidas de um e outro lado da média. Uma medida muito usada é o conhecido índice de assimetria que, quando a distribuição é exactamente simétrica em relação à média se torna igual a zero, como é obvio, pois, nestas distribuições, a média, a moda e a mediana coincidem

$$A = \frac{Q_3 + Q_1 - 2\,Md}{Q_3 - Q_1}$$

Todas estas medidas usam-se não só na avaliação das medidas do universo, os parâmetros, como também na avaliação das medidas da amostra, as estatísticas. De todas as medidas as mais usadas são a média aritmética ponderada e o correspondente desvio padrão.

António dos Santos Raposo, al. n.º 20, 1.º ano Contabilista

DOCUMENTOS

(CONCLUSÃO)

un dépouillement aussi total que possible des sujétions économiques pour mettre toute sa pensée, toutes ses forces au service d'un ordre divin? Elle apprend à maîtriser l'instinct qui pousse à jouir sans frein de la richesse; elle invite à préférer la pauvreté comme un moyen de libération personnelle et de service social. Même à l'époque moderne, avide de commodités et de plaisirs, il ne manque pas d'âmes assez nobles pour choisir la voie du détachement et pour préférer les valeurs spirituelles à tout ce qui passe avec le temps.

. . . . . .

Extrato do discurso pronunciado por Sua Santidade o Papa Pio XII por ocasião do Congresso Internacional dos Economistas que teve lugar em Roma em Setembro de 1956 e que transcrevemos dos Anais do I. S. C. Económicas e Financeiras.

Portugal no Mundo

Na hora actual, as mudanças que se operam no Universo, em prazos relativamente curtos, dificultam notàvelmente a elaboração de previsões do futuro.

O Mundo de hoje já não se compõe como outrora de povos reunidos à volta do Mediterrâneo, mas é antes um conjunto de «massas» humanas que se acotovelam em estreito corpo a corpo, e de tal modo que não se sabe se será nos desertos e nas regiões desabitadas que àmanhã se refugiará a espécie pensante e se a própria história não recomeçará nas terras de frio e de fogo. Onde ficará de futuro o centro do Mundo? Que sentido terão nele as palavras Oriente e Ocidente?

Vive-se o momento em que os problemas que afectam as Nações e particularmente os territórios do Ultramar, têm um lugar proeminente no Mundo.

Sente-se que cada potência procura andar o mais depressa que pode e, num mundo que se encurta e se unifica um pouco mais em cada dia, aquele que se atrasa ou que se isola, condena-se à morte!

Nesta transformação sem paralelo, Portugal não poderá deixar de estar vigilante.

Os problemas postos em equação, as soluções que justamente deverão ser-lhes atribuídas ou que tendenciosamente queiram arranjar-se-lhes, devem constituír a preocupação de todos e o seu conhecimento deve constituír um complemento indispensável de cultura necessária, não apenas dos estudantes do ensino secundário, técnico, profissional e superior, mas de toda a gente culta em geral. Esta determinante constitui até certo ponto a razão de ser desta coluna neste jornal.

A grandeza do passado histórico de Portugal no Mundo tem servido muitas vezes para, comparando-o com ela, lamentar e diminuir o presente. Duas atitudes, igualmente erradas e nefastas, se manifestaram no século XIX, e até há bem poucos anos, em grande parte das obras de história e nas de pensamento político.

Uma, exaltando os chamados «séculos áureos» dos descobrimentos e conquistas como época do apogeu de um povo que, depois disso, nada mais tem que fazer do que glorificar o que foi e viver como guardião de um museu de inultrapassáveis glórias. Outra, talvez por não sentir terminado o nosso destino histórico, mas incapaz de o compreender, nega a virtude criadora desse passado glorioso, considera-o uma «aventura» sem consequências ou apenas com o mau resultado de nos iludir sobre as nossas possibilidades.

A realidade porém é bem outra e não é apenas o respeito pelo passado que tem de exigir-se aos que erradamente o negam. Mais do que isso, é essencial que se tome consciência de uma

(Segue na página 4)

Pedagogia

Das finalidades e características do ensino técnico

É sabido que o ensino secundário se divide actualmente em Portugal em dois grandes ramos: liceal e técnico, e este ainda se subdivide em agrícola, industrial e comercial, desdobrando-se cada um dos sub-ramos em três graus, que, por comodidade de classificação, podemos designar por elementar, médio e superior. E' meu intento referir-me apenas ao elementar e médio, dado que o superior se reveste de carácter universitário e transcende, portanto, o âmbito desta palestra.

.....

O ensino liceal é de feição clássica, desinteressada, tendo como finalidades essenciais fornecer cultura geral, por um lado, e, por outro, adequada habilitação para ingresso nos cursos superiores, ao passo que o ensino técnico é de feição utilitária, destinando-se parte considerável dos conhecimentos nele ministrados a aplicação imediata na vida prática, quer esta se exerça sob a forma de agricultura, indústria ou comércio, que são os grandes pilares onde assenta a economia dos Estados.

.....

Pois é justamente ao serviço da economia nacional que está o ensino técnico. Por outras palavras, o ensino técnico, desde que seja orientado como convém, concorre decisivamente para o progresso da Nação, para a sua prosperidade, o seu bem-estar, a sua riqueza, já que é a ele — nos seus vários ramos e graus — que compete formar os técnicos que hão-de dirigir, coadjuvar e executar, consoante a esfera de acção de cada um, as numerosas tarefas das actividades produtoras, as quais se apresentam cada vez mais complexas e interdependentes no mundo de hoje e mais sê-lo-ão ainda no de amanhã.

.....

Julgamos que as pessoas que defendem a adopção de programas confinados rigorosamente ao indispensável para o exercício duma profissão não passam afinal de descendentes espirituais, de Apeles quando o famoso pintor grego soltou a conhecida apóstrofe: «Sapateiro! não subas acima da chinela!».

Mas isso é a negação do ensino técnico, como ainda há bem poucos meses proclamou S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional.

E' a negação do ensino técnico porque a Escola não pode confundir-se com a oficina ou o escritório onde os seus diplomados ingressarão um dia; de contrário, a Escola não seria precisa: bastariam aqueles para os aprendizes se iniciarem na profissão conforme os tradicionais processos dos tempos idos que, por ultrapassados, jàmais voltarão.

E' a negação do ensino técnico porque a Escola tem de transmitir aos alunos, além dos ensinamentos próprios da especialidade profissional, outros de natureza humanística que hão-de melhorar o carácter dos estudantes, cultivar o seu espírito, enriquecer a sua personalidade; de contrário, seria estabelecimento técnico mas não Escola. E' que esta para o ser verdadeiramente carece de formar *homens* antes de adestrar técnicos, de educar cidadãos antes de preparar profissionais.

.....

Da palestra proferida pelo Professor Mário C. Azevedo que extraímos de Escolas Técnicas, *boletim de acção educativa do Ministério da Educação Nacional.*

Fomento Nacional para 1959-1964

Desde os tempos mais antigos que se vem notando uma tendência de reunião dos indivíduos em sociedade, com o fim de melhor poderem satisfazer as suas necessidades económicas, morais e sociais.

A intervenção do Estado na vida económica duma nação é assunto que não se discute hoje e tem em vista coordenar ou orientar as actividades económicas nos vários sectores do país.

E' nesta linha de conduta que, segundo o nosso sistema económico, se integra o plano de fomento nacional para 1959-1964, cujas directrizes, enunciadas pelo Senhor Ministro da Presidência, Professor Marcelo Caetano, seguidamente se resumem, bem como os factos com que este ilustre ministro as justifica.

O plano tem como *primeiro objectivo o aumento do P. N. (produto nacional)* isto é, do volume e valor dos bens e serviços produzidos, anualmente, pela Nação Portuguesa, pois é bastante baixo o rendimento «per capita» e, consequentemente, o poder de compra de largas camadas populacionais, o que se atribui, em larga medida, ao predomínio de braços na agricultura, predomínio que é característico na estrutura da vida económica portuguesa.

Como segundo objectivo — foi enunciado o da *elevação do nível de vida da população portuguesa,* afirmando o Prof. Marcelo Caetano que não se deve confiar ùnicamente no aumento do produto nacional, mas ter-se-á que assegurar uma equilibrada distribuição desse aumento pela população, indo-se até, se necessário, a investimentos de fraca reprodutividade que assegurem e difundam, por mais largas camadas da população, comodidades e conforto.

O terceiro objectivo do plano é o da resolução *do problema do desemprego,* pois ao crescimento da população que, só no continente, é de cerca de 100.000 pessoas corresponde um aumento anual de procura de empregos por cerca de 18.000 pessoas visto que, aproximadamente 40.000 deixam o país pela emigração.

Como *4.º objectivo do plano* designou o Prof. Marcelo Caetano o do *equilíbrio da balança de pagamentos metropolitana,* pois a economia da metrópole, nos últimos anos, em suas relações com o exterior, tem-se mostrado largamente deficitária.

Pela pequena nota que apresentamos e onde quase só enunciamos os objectivos do plano, através do qual se pretende fomentar a vida económica nacional no período de 1959 a 1964, fácil se torna apercebermo-nos da grande importância que ele terá na futura vida económica do país e no nível de vida da sua população.

Orlindo Capelo Vaz
Al. 185, 1.º ano Contabilista

Medicina e vida escolar

A SAÚDE DO ESPÍRITO

Qual é de todas as riquezas, a mais preciosa e a mais mal guardada?... A Saúde. Tal é a resposta breve, clara e concreta que aparece gravada no célebre «Pequeno Mago» dos Maillardet, peça admirável de autómatos que, em 1826, o Rei Jorge IV de Inglaterra e toda a Corte de Londres admiraram no Newgothic-Hall, juntamente com várias outras maravilhas da arte de relojoaria suiça.

Com efeito, a Saúde é uma riqueza cujo valor sòmente se avalia quando temos a infelicidade de a perder!

Quantos e quantas não dariam os seus bens terrenos, portanto efémeros (dinheiro, beleza) em troca de mais dez ou cinco anos de vida!

Já os antigos sintetizaram o ideal da perfeição humana na célebre frase «Mens sana in corpore sano». Nestas palavras encerra-se um tratado de Filosofia Moral.

Distinguindo-se o Homem dos outros seres criados, por ser «animal racional», assim definido pelo grande filósofo grego Aristóteles, conclui-se que é um todo composto de duas partes, a que a Filosofia Escolástica deu o nome de: Matéria e Forma; Corpo e Espírito.

Para que exista a saúde (estado hígico) no Homem é indispensável que esse estado exista simultâneamente nas duas partes desse todo. O moderno conceito de Psicossomática na Medicina baseia-se na interrelação desses dois componentes.

Com o aparecimento dos dois primeiros bacteriostáticos: Prontosil (1.ª sulfamida), apresentada ao Mundo em 1935 por Domagk, e o primeiro antibiótico, a «Penicilina», descoberta em 1928, por Sir Alexander Fleming, mas só apresentada 12 anos depois, surgiu grande vaga de depravação. Muitos, os de «menos insana» decidiram entregar-se a todos os prazeres, excessos e desonras (até então mais temidos pelas doenças físicas provenientes), convictos da certeza e rapidez da cura.

Porém, surge um fenómeno que não fora previsto: mercê das leis da adaptação ao meio de Darwin e Lamarck, a luta pela existência (Struggle for Life) também começou a ser travada pelos microorganismos, agentes da maioria das doenças infecciosas. Assiste-se então à mutação das estirpes microbianas, por transformação das anteriores noutras mais couraçadas para a luta. Os «descendentes» desses gérmenes «nasciam» com resistência enorme e sucessivamente

(Continua na pág. 6)